

PARTICIPAÇÃO DOS OPERÁRIOS CHILENOS

NO GOVERNO DE SALVADOR ALLENDE

Elisa de Campos Borges¹

O presente artigo versa sobre a participação dos trabalhadores nos chamados *Cordones Industriales*. Estes foram assim denominados devido à concentração em determinadas regiões chilenas, em especial na capital Santiago, de uma série de indústrias de distintas atividades produtivas, formando territorialmente um cordão industrial. Entretanto, sua novidade estava relacionada à territorialização e à integração das demandas dos trabalhadores das indústrias que participavam do Cordón, por meio da atuação dos sindicatos e dos partidos políticos.

Neste sentido, os Cordones Industriales inauguraram um novo processo no país em relação à organização dos sindicatos que, até então, coordenavam suas lutas políticas e principalmente econômicas, unindo indústrias da mesma

atividade produtiva. Na nova experiência, as ações eram organizadas por uma coordenação composta por sindicalistas e militantes políticos pertencentes a indústrias de distintas atividades produtivas, mas que se localizavam territorialmente próximas. Em outras palavras, ocorreu uma mudança na forma de atuação do sindicato, que passou a priorizar a organização territorial em vez da especialidade produtiva. No entanto, o sindicalismo tradicional não deixou de existir, pelo contrário, também se fortaleceu durante o governo da Unidade Popular (UP), organizado principalmente, sob a condução da Central Única dos Trabalhadores.

A organização dos Cordones Industriales ocorreu durante um período de grandes mudanças políticas e sociais no Chile. Em 1970, foi eleito democraticamente o primeiro presidente socialista do continente sul-americano, Salvador Allende, a partir de uma coalizão de esquerda, a Unidade Popular, que apresentava um projeto único: abrir caminho ao socialismo por meio de mudanças profundas no sistema econômico, político e social do país, sem revolução armada². Era a chamada “via chilena para o socialismo” que apostava na conquista do poder executivo e legislativo, na participação popular e no desenvolvimento da economia por meio da nacionalização das áreas econômicas estratégicas para, então, iniciar o processo de transição para o novo sistema³.

O programa político da UP apresentava dois pontos fundamentais que acabaram por estimular a participação dos trabalhadores chilenos no processo: o desenvolvimento da chamada Área de Propriedade Social (APS – área nacionalizada da economia) e a transferência do poder político do Estado para o “povo”, denominado, então, como Poder Popular. O programa defendia que a organização de uma nova base econômica só seria possível com o deslocamento do poder político para a classe trabalhadora, em conjunto com camponeses e setores progressistas das classes médias. Assim, segundo o programa, “as transformações revolucionárias que o país necessita só poderão se realizar se o povo toma para si o poder e o exerce real e efetivamente”⁴.

Entretanto, a prioridade estabelecida pelo governo foi o processo de nacionalização de setores estratégicos da economia chilena, como forma de enfraquecer o poder político das oligarquias e, também, para diminuir a dependência externa no setor de minérios, setor tido como a maior riqueza do país. Assim, se as experiências históricas internacionais de transição ao socialismo foram iniciadas a partir da conquista do poder político, no caso específico do Chile considerava-se que, sem controlar o poder econômico, seria impossível almejar o poder político.

Deste modo, a APS, que seria a grande área modernizadora da economia, tornou-se um dos consensos gerais programáticos entre os partidos que compunham a UP. As divergências aconteceram, principalmente, em relação

à escolha das empresas e ao ritmo do processo de nacionalização. Portanto, a APS transformou-se no eixo sustentador da “via chilena” e, segundo a UP, possibilitaria: a) criar novas bases para um novo modelo de desenvolvimento orientado para o interesse da grande maioria do país, isolando setores corporativistas estrangeiros e nacionais; b) examinar o desempenho dos trabalhadores enquanto protagonistas no processo produtivo, possibilitando uma espécie de experimento para a implantação da “nova democracia”; c) ter maior controle social da produção de bens essenciais para o país; d) reduzir a dependência externa; e) reorganizar a estratégia de desenvolvimento econômico, uma vez que o Estado teria controle do excedente produtivo, fato que possibilitaria adotar medidas de redistribuição social.

Na prática, essa estratégia transformou os meios de produção e a ação dos trabalhadores nos dois núcleos centrais de atuação da UP. Assim, para que a APS se tornasse essa grande área impulsora das políticas do Estado, Allende necessitava do amplo apoio dos trabalhadores para desenvolver a “batalha da produção”, ou seja, aumentar e aperfeiçoar substancialmente a produção de todos os produtos chilenos. E, para isso, Salvador Allende defendia a necessidade de organizar os trabalhadores em torno de entidades dos movimentos populares, no caso, os sindicatos e a Central Única dos Trabalhadores (CUT), conduzida historicamente por militantes dos partidos comunista e socialista.

Assim, desde o início do governo, uma das principais discussões realizadas entre os partidos políticos que participavam da UP e do movimento popular era como instituir formas de participação direta, que envolvessem os sindicatos e os trabalhadores nas responsabilidades do processo produtivo.

O próprio presidente Allende reafirmava que o futuro da revolução chilena estava nas mãos dos trabalhadores, razão pela qual era requerida maior consciência no cotidiano de trabalho⁵. Os tempos haviam mudado. Se, no passado, paralisavam a produção para reivindicar melhorias principalmente por meio de greves, neste governo, para Allende, os trabalhadores *eram governo* e, portanto, teriam de assumir as responsabilidades de *ser governo*. Em outras palavras, os trabalhadores precisavam ter a consciência de que do resultado do seu trabalho dependeria parte do êxito do processo, e, portanto, todos deveriam assumir a postura de lealdade, adotando as orientações governamentais para o setor produtivo. Nota-se, claramente, a importância da sintonia entre governo-trabalhador-sindicato-empresa.

Essa postura de Allende, de identificar governo-trabalhador, também respaldou a decisão de envolver a CUT, desde o início do governo, nas discussões sobre a inclusão do operariado nas questões políticas. Isso significava dar à entidade classista, historicamente reconhecida pelos trabalhadores e partidos políticos, a coordenação de um dos principais processos políticos já vistos no país.

Por outro lado, modificava uma das principais características da tradição sindical chilena: o discurso da autonomia sindical frente aos governos. Nas comemorações do Dia do Trabalho, Allende afirmou: “Uma parte do governo está nas mãos dos trabalhadores através dos partidos populares e da Central Única, que representa a todos os níveis da organização sindical...”⁶.

Iniciava-se uma parceria entre governo e Central justificada pela implantação das reivindicações históricas dos trabalhadores chilenos. Em fevereiro de 1971, a CUT aprovou em sua Conferência o apoio explícito ao governo: “A missão desta potente força da sociedade chilena é empurrar, fortalecer e consolidar o processo revolucionário que foi iniciado pelo povo do Chile”⁷. Houve, então, uma adesão da CUT às ações governamentais em detrimento das ações reivindicativas.

O primeiro grande resultado dessa parceria CUT-governo foi a assinatura de “Las normas básicas de Participación de los Trabajadores en las Empresas del Area Social y Mixta”, em maio de 1971. Esse documento estabelecia as normas gerais para a organização do sistema de participação e deveria ser adaptado à realidade de cada indústria. Tal acontecimento significou a vitória de uma das principais bandeiras políticas da CUT desde sua fundação em 1953.

Em linhas gerais, em cada empresa estatizada ou de capital misto deveria haver um interventor indicado pelo governo, responsável por gerir a empresa, um conselho administrativo (principal espaço do sistema participativo), no qual o governo era maioria e um comitê de produção com representação paritária. Assim, o governo discordava da tese do controle operário da produção, uma das principais bandeiras dos Cordones Industriales, por defender que as indústrias deveriam cumprir o plano geral de metas produtivas estabelecidas pelo governo para área nacionalizada e mista. Ao mesmo tempo, havia a preocupação, principalmente dos sindicatos, que o sistema de representação não se limitasse a um processo formal, sem autonomia e autoridade para tomadas de decisão.

O sistema de participação proposto pelo governo e pela CUT tentava, pelo menos em tese, preservar a autonomia do movimento sindical tanto em relação à atuação dos trabalhadores nesses organismos, como em relação à administração da fábrica. Entretanto, a realidade demonstrou que partidos políticos e militantes do movimento sindical se envolveram diretamente na eleição dos representantes para atuarem no sistema de representação, acentuando as disputas políticas internas que, geralmente, refletiam a correlação de forças do movimento sindical local.

De fato, a implantação desse sistema de participação nas indústrias nacionalizadas e mistas possibilitou aos trabalhadores influenciar em algumas decisões tomadas pela direção da empresa em todos os âmbitos. Esse

processo também favoreceu a adoção de melhorias imediatas na estrutura fabril, como, por exemplo, a construção de refeitórios, berçários, clínicas médicas e dentárias, além de desenvolver atividades culturais, desportivas, dentre outras. Conforme relata um trabalhador da empresa Muebles Histon, os avanços possibilitados pela nacionalização das empresas e pelo sistema de participação na direção das mesmas transformaram o cotidiano dos trabalhadores, uma vez que suas reivindicações tornaram-se prioridade:

[...] em pouco tempo se estabeleceu um restaurante *self-service*, com boa comida. Depois instalamos no interior da indústria um consultório médico e uma biblioteca. Desenvolvemos e aprofundamos a cultura dos trabalhadores em todos os âmbitos, tínhamos grupo de teatro, grupo de folclore, enfim, todas as expressões culturais começaram a se desenvolver. Tivemos um salto quantitativo e qualitativo em termos de melhorias nas condições dos trabalhadores, não só na escolaridade, mas em todos os âmbitos. Logicamente, os salários também melhoraram.⁸

A primeira grande dificuldade do governo foi estabelecer o ritmo para as mudanças econômicas e, em especial, para o processo de estatização. A melhoria substancial das relações de trabalho nas indústrias que compunham a APS gerou uma expectativa imensa por parte dos trabalhadores que, por sua vez, passaram a multiplicar as ocupações para pressionar o governo a estatizar todas as empresas que ainda não fizessem parte da APS. Essa prática foi muito estimulada por setores do Partido Socialista (PS), pelo Movimiento de Acción Popular Unificado (MAPU) e pelo Movimiento de Izquierda Revolucionária (MIR) por meio dos Cordones Industriales, que argumentavam que o processo chileno deveria romper rapidamente com as antigas estruturas do Estado capitalista.

Segundo Patricio Palma, diretor do Departamento de Indústria e Comércio do governo Allende, uma das maiores dificuldades enfrentadas no processo foi saber medir as expectativas dos trabalhadores e os limites do processo:

[...] esse foi um dos grandes problemas, precisamente, colocar limites aos processos de ocupação de indústrias. Então, claro, aí se produz uma tensão, uma contradição porque o processo não podia ir tão rápido, sem resolver alguns problemas políticos. Então, tinha de ir explicando aos trabalhadores; às vezes, claro, havia uma discussão com eles que diziam: “Por que os do lado sim e nós não”. E tinham toda razão, mas também tínhamos razão, nós do governo, para afirmar a eles: “É que não se pode ir mais rápido que aquilo que as forças disponíveis no país permitem, porque isso significa criar uma fronteira de

inimigos e adversários, que colocam em risco isso e aquilo outro também”. Então, esse era um problema muito difícil de resolver, o interesse particular com o interesse coletivo; às vezes, se produzia esse conflito, nem sempre era possível resolvê-lo bem.⁹

Para o governo era imprescindível constituir uma base política na qual deveria se apoiar. Esse debate acabou por expressar a discussão sobre as diferenças políticas entre os partidos em relação à “via chilena para o socialismo”. Não era, portanto, apenas um debate sobre a organização dos trabalhadores no sistema produtivo, ou da própria estrutura do movimento sindical, mas como novas práticas sociais poderiam impulsionar a transição para o socialismo.

Portanto, além de lidar com a expectativa pessoal do trabalhador, o presidente Salvador Allende precisava buscar apoio entre os próprios partidos da coalizão. Não havia unidade política sobre a “via chilena para o socialismo”. Resumidamente, a UP se dividia em dois blocos principais. Um, formado por Allende e pelos comunistas, que apesar de suas diferenças, defendiam um processo de transição gradual, negociada e discutida com os partidos de centro, uma vez que o governo não tinha maioria no parlamento nem o apoio do sistema judiciário do país. Outro, formado principalmente por setores do Partido Socialista que defendiam uma ruptura com o sistema político, econômico e jurídico chileno vigente, iniciando, portanto, a transição para o socialismo sem qualquer tipo de negociação e apoiada no movimento popular. Essas duas posições provocaram tensões no movimento popular hegemônico por comunistas e socialistas, inclusive os que atuavam na CUT e nos Cordones Industriales.

No final do ano de 1971, a política econômica do governo Allende já demonstrava sinais de esgotamento. Ao mesmo tempo, crescia a prática do mercado negro perpetrado pelos principais comerciantes varejistas, a qual atingia amplamente o consumo das classes mais baixas, que passaram a enfrentar dificuldades para encontrar diferentes mercadorias, já em julho de 1971¹⁰.

Os bairros populares foram os mais afetados pelo desabastecimento que cresceu vertiginosamente durante o ano de 1972. As longas filas em supermercados e armazéns eram uma realidade cotidiana. O governo organizou, com apoio massivo dos movimentos populares, por meio de trabalho voluntário e da atuação de órgãos governamentais, um sistema de fiscalização e de distribuição de mercadorias para garantir o abastecimento dos armazéns nos bairros mais afetados. As longas filas para comprar gêneros de primeira necessidade passaram a integrar o ritmo da vida cotidiana dos chilenos, sobretudo das mulheres, e tornaram-se novos espaços de sociabilidade¹¹. O tempo que elas permaneciam nas filas era utilizado para discutir

política, comentar sobre as dificuldades, os êxitos e o futuro do governo popular, o que contribuiu para a politização das donas de casa.

Assim como essa experiência específica, todos os espaços públicos do país tornaram-se lugares para fazer e experimentar a política, bem como para reivindicar e unir movimentos e organizações em defesa dos seus interesses cotidianos. E, à medida que a oposição ao governo se tornava mais intensa, a mobilização social e popular se multiplicava¹².

A formação do primeiro Cordón Industrial

Diante dessa difícil conjuntura, no mês de abril de 1972, ocorreu a primeira tentativa concreta de constituir uma colaboração política organizada entre os diversos movimentos populares da região industrial de Cerrillos-Maipú. Essa região destacava-se pela grande concentração de indústrias e acampamentos populacionais, além de apresentar graves problemas, como a falta de infraestrutura mínima (transporte, escolas, posto de saúde etc.) e de abastecimento. A região de Cerrillos-Maipú apresentava uma população de 117 mil habitantes, segundo o censo de 1970, concentrava cerca de 46 mil operários que trabalhavam nas 250 indústrias responsáveis pela maior parte da produção nacional de pneus, vidros, linha branca, manufatura de cobre, fibras têxteis, alumínio e ainda era sede de um grande centro de distribuição de combustível para a capital. Do total de greves ocorridas no primeiro semestre de 1972, 9% ocorreram em Maipú e 40% no setor industrial. Era, portanto, um local de grande concentração operária. A população rural constituía 5% do total dos habitantes da comuna. Havia ainda três sindicatos camponeses com mais de 400 membros cada um e 22 acampamentos populacionais estabelecidos por meio de ocupação de terrenos, onde viviam 3.178 famílias¹³.

Em tese, era uma região com grande potencial de participação, pois unificava as três bases de movimentos populares de maior tradição no país: sindicatos industriais, sindicatos camponeses e movimento de moradores de bairros populares.

Segundo Eder Sader, no mês de abril de 1972, a região de Maipú foi cenário de frequentes mobilizações da população local que exigia melhorias no serviço de transporte público. O Partido Socialista (PS) local convocou uma concentração pública para debater uma plataforma política com as reivindicações do setor e para organizar um Conselho Comunitário de Trabalhadores, que reuniria representantes da região. Para dar impulso à mobilização foram criadas três comissões de trabalho com temas relacionados a transporte, saúde e moradia. Essas comissões preparariam um documento contendo as reivindicações a serem discutidas e aprovadas em um *Cabildo Abierto*, que foi

convocado para o mês de maio, sob o lema “*La comuna en poder del pueblo*”, mas também teriam a função de articular a unidade programática de operários, moradores da região e camponeses da comuna¹⁴. Participaram desta experiência todos os partidos de esquerda, com exceção do Partido Comunista (PC). A mobilização e organização do Cabildo estiveram sob responsabilidade dos movimentos populares, com destaque para os operários que viviam e trabalhavam na comuna. Participaram em média 400 pessoas e, como principal deliberação, aprovaram a necessidade de “substituir ambos – a Municipalidade e o prefeito – por um organismo paralelo próprio dos trabalhadores, o Conselho Comunitário”¹⁵. O conceito *trabajadores* foi utilizado como fator de unidade entre operários, moradores locais e camponeses e tentava romper com a “atomização” das frentes de luta do operariado.

Apesar do êxito inicial da reunião, as reivindicações não foram atendidas nem a mobilização da população se manteve. As reivindicações de consumo coletivo deixaram de ser fator mobilizador, o que repercutiu na mudança de eixo político para construção do Conselho Comunitário, agora mais restrito às demandas sindicais e mobilizadas pelo “grupo politicamente mais consciente”: o operariado¹⁶. Uma das razões apontadas pelo estudo do Centro Interdisciplinar de Desenvolvimento Urbano e Regional (Cidu), para o refluxo da mobilização ocorrida durante reunião do Cabildo Aberto, está justamente relacionada à característica industrial da comuna conjugada à conjuntura que colocou no centro da política nacional as questões relativas à área industrial e à sua gestão interna. Assim, em função da importância da tradição do movimento sindical chileno, era instintivo que os trabalhadores industriais quisessem tornar sua pauta política prioritária, além de atuarem preferencialmente nas indústrias, e não no bairro. O estudo também aponta a falta de uma organização que congregasse os moradores do bairro e pudesse dar direção e continuidade ao movimento¹⁷.

Foi somente em junho de 1972, com o processo de greve e de ocupação das indústrias Perlak (conservas de alimento), Polycron (química industrial e fibras sintéticas) e El Mono (alumínio), organizada por sindicatos locais e apoiada por militantes socialistas e miristas, que a população da comuna de Maipú voltou a se mobilizar. Trabalhadores apresentaram denúncias contra os proprietários das empresas de promoverem boicote da produção, praticar vendas no mercado negro, reduzirem a compra de matérias-primas e, ainda, de ocultarem produtos, aumentando o desabastecimento. A principal exigência era a intervenção do governo nas indústrias e a sua incorporação na APS. A proximidade geográfica das empresas, o apoio fundamental da população local e a crise nas negociações com o governo contribuíram para a organização de um Comando de Coordenação de Lutas dos Trabalhadores

do Cordón Industrial Cerrillos-Maipú, durante uma reunião em que participaram, em média, 30 empresas e militantes do PS, Frente de Trabajadores Revolucionários – Movimiento de Izquierda Revolucionária (FTR-MIR), Izquierda Cristiana (IC), Movimiento de Acción Popular Unificado (MAPU), Partido Comunista Bandera Roja (PCBR).

Os trabalhadores de diversas indústrias da região, apoiados por moradores, ocuparam a Avenida Pajaritos, que dava acesso a Maipú e a Cerrillos, no dia 30 de junho de 1972, em um ato solidário à reivindicação do movimento. Aproveitando o momento de grande mobilização, solicitaram novamente a melhoria dos serviços públicos no bairro: transporte, habitação e saúde. Nessa ocasião, todo o território ficou sob controle dos trabalhadores e as barricadas permaneceram montadas, até que funcionários do governo levaram o decreto de requisição da empresa Perlak e asseguraram dar continuidade ao processo de intervenção em todas as outras.

Salvador Allende condenou energicamente esse tipo de manifestação, de obstrução de vias públicas e ocupação de indústrias, por ser empregada contra um governo popular, definindo a mobilização como uma provocação estimulada por setores contrários ao governo, por agentes ultrarrevolucionários que ajudavam os conspiradores internacionais e por parte de uma esquerda equivocada¹⁸. Para o governo, esse tipo de atuação só ajudava a fortalecer o discurso da direita política que tentava a todo custo desestabilizar o processo. Ainda afirmava que os trabalhadores precisavam ter tranquilidade, porque a via chilena para o socialismo era um processo que requereria tempo para as transformações, além de uma política de alianças sólidas, entre trabalhadores e setores da burguesia.

Apesar de algumas exceções pontuais e de conjuntura, a articulação do movimento de moradores dos bairros populares com as lutas operárias até então praticamente inexistia. Enquanto o primeiro movimento era bastante setorializado e com reivindicações vinculadas, principalmente, à questão da moradia, à reorganização urbana e à necessidade de implantação de serviços sociais, o movimento sindical chileno preocupava-se, sobretudo, com os objetivos econômicos e as melhorias trabalhistas.

O Comando de Coordenação de Lutas dos Trabalhadores do Cordón Industrial Cerrillos-Maipú¹⁹ divulgou uma plataforma política contendo 12 pontos, que buscava articular pautas comuns entre camponeses, comunidade e operários, já pensando na organização de um futuro conselho comunitário (*Consejo Comunal*): apoiavam o governo e o presidente na medida em que ele representasse as lutas e mobilizações dos trabalhadores; exigiam uma série de itens, tais como, a expropriação das empresas monopólicas, assim como daquelas que não efetivassem os compromissos trabalhistas; o controle operário

da produção por meio da constituição de conselhos de representantes eleitos pela base; o aumento dos salários; a dissolução do Parlamento; a instalação da Assembleia Popular; a criação da Empresa Estatal da Construção com controle da comunidade e de operários; a ocupação de todos os fundos expropriados e controle camponês por meio do conselho de delegados (representantes); e, por fim, a solução imediata da situação das famílias que viviam em acampamentos²⁰. Os pontos da plataforma também demonstravam a influência determinante de setores do PS e do MIR na articulação das demandas que ultrapassavam as políticas do governo e os canais tradicionais do movimento sindical.

Apesar de a plataforma política incorporar alguns pontos que extrapolavam as demandas relacionadas diretamente à produção, ao longo do tempo elas se transformaram mais em retórica que propriamente em reivindicações centrais para o Cordón Industrial. Como reafirma Sader, “a luta pela Área de Propriedade Social tem sido a causa por onde tem passado a energia do proletariado”²¹. Assim, o processo de estatização das indústrias mudou parcialmente o perfil de mobilização social. Mais que reivindicar aumentos salariais ou outros benefícios econômicos, a estatização dos meios de produção tornou-se a principal pauta do movimento, e as ocupações das indústrias eram utilizadas para pressionar o governo a estatizá-las, mesmo que não estivessem dentre as prioridades da UP.

Apesar da aparente mobilização do Comando de Trabalhadores de Cerrillos-Maipú, o afastamento do Partido Socialista do centro das ações, no final de julho de 1972, acabou por debilitá-lo, uma vez que o PS era o partido mais representativo e organizado no movimento operário depois do PC, que não participou organizadamente, até julho de 1973, desses movimentos²².

Porém, a mobilização permaneceu em cada indústria, principalmente naquelas que não obtiveram êxito nas negociações com o governo no processo de intervenção. Apesar do potencial político, o Comando se mostrou limitado em relação à sua capacidade de unificar as demandas e as formas de atuação dos trabalhadores industriais com as comunidades. Como afirma Sader, “no entanto, *as perspectivas apontadas no Cabildo não haviam amadurecido*”²³. O Comando de Trabalhadores acabou por se tornar, na prática, uma articulação entre os sindicatos; contudo, significou o rompimento da confiança absoluta do operariado na ação do governo. o qual primava pelo respeito aos limites do Estado de direito. Os trabalhadores passaram a pressionar ativamente o governo, a partir da ocupação de indústrias, para que as mudanças fossem feitas em função exclusivamente das suas necessidades.

Somente com a greve patronal de outubro de 1972, o Comando de Trabalhadores se rearticulou entre os sindicatos industriais de Cerrillos-Maipú, passando a ser denominado de *Cordón Industrial Cerrillos*.

A greve de outubro de 1972 e a organização de novos Cordones Industriales

Em outubro de 1972, a greve deflagrada por sindicatos patronais paralisou o sistema de transporte, produção e distribuição de diversos produtos no país²⁴. Estava claro que a burguesia chilena tentava criar uma grande desestabilização nacional, que afetasse todas as classes sociais, para gerar as condições necessárias para a destituição do presidente Allende. A melhor estratégia encontrada foi justamente utilizar os dois pontos centrais da política do governo da UP na contraofensiva: a economia e a mobilização social. Para a direita política e setores da Democracia Cristã (DC), bloquear a distribuição de todo o tipo de matéria-prima e de bens de primeira necessidade resultaria no aprofundamento da crise econômica, forçando setores das próprias Forças Armadas a tomar uma posição mais dura diante do governo. O intuito era afetar de uma só vez a produção, a distribuição e o consumo de toda a população. Seria, portanto, uma das maiores crises que o país vivenciaria. O plano ainda se completava com a organização de uma base social antiallendista ativa, que deveria ocupar as ruas do país, contra o governo. Pela primeira vez a pequena burguesia experimentou sua força de massas, com mobilizações, passeatas e pressão social²⁵. As manifestações *callejeras* (de rua) já não eram mais ações exclusivas da esquerda.

A primeira reação dos trabalhadores nas empresas privadas e públicas foi permanecer em seus postos de trabalho para dar continuidade à produção. Por meio do trabalho voluntário, se juntaram a eles estudantes, donas de casa, desempregados etc., para organizar um sistema de produção, transporte e distribuição das mercadorias para os bairros populares. As empresas e distribuidoras que estavam sob o controle do Estado intensificaram a produção, dentro dos limites da matéria-prima disponível.

Nas indústrias privadas, em que os proprietários aderiram à paralisação, os operários, além de continuar trabalhando, nomearam seus próprios administradores, desenvolvendo inclusive um processo particular de participação interna. Foram organizados em todas as indústrias Comitês de Vigilância permanentes para impedir sabotagens e boicotes por parte de empresários e de trabalhadores antiallendistas. Destacamos também ações como: troca de produtos, de matérias-primas e de mão de obra especializada entre as indústrias; organização de uma rede de comércio nos bairros populares; sistema de transporte alternativo e instalação dos Comitês de Vigilância.

O impulso imediato de solidariedade no setor produtivo chileno, em outubro de 1972, teve traços espontâneos, no sentido de os trabalhadores se disporem a continuar trabalhando prontamente em defesa do governo, por

meio de iniciativas locais, sem prévia articulação nacional organizada pela Central Única de Trabalhadores, UP, sindicatos ou associações. No entanto, logo após a reação popular, CUT e partidos políticos se juntaram a eles para coordenar as ações de forma mais organizada e, também, para obter o controle político dessas áreas.

Foi uma mobilização que impressionou a todos, inclusive aos partidos da UP. Os trabalhadores se uniram em defesa de interesses comuns e imediatos representados pela necessidade do retorno à normalidade do abastecimento, do transporte e restabelecimento dos serviços de saúde²⁶. Ao mesmo tempo, foi uma demonstração de apoio ao governo Allende.

Essa experiência, de algum modo, também possibilitou maior envolvimento entre os próprios trabalhadores na medida em que precisaram se unir, mesmo diante das diferenças políticas, para assumir diretamente os serviços paralisados. Deste modo, a mobilização popular demonstrou um salto qualitativo em termos de unidade, consciência, capacidade de organização e aprendizado político das massas populares. Segundo a revista *Mayoría* (1972), a resposta popular não só significou a solidariedade entre diversos setores da sociedade, mas representou atitudes concretas por parte dos trabalhadores das indústrias para estabelecer canais alternativos de organização, distribuição e venda dos produtos.

Segundo Tomás Moulian, durante o governo da UP e, sobretudo, nos períodos de maior crise, o Chile viveu uma “paixão cívica”²⁷. O fenômeno do povo militante tinha a ver com a experiência da democracia de massas impulsionadas pela UP, de estimular a discussão e as decisões em espaços de convivência coletiva, fazendo com que os trabalhadores se sentissem como sujeitos ativos e participantes dos processos de decisão. A política havia deixado o campo dos dirigentes para envolver todos os trabalhadores.

A imprensa da época relatava os diversos casos existentes de protagonismo da classe trabalhadora para defender o “seu governo”. Exemplificaremos com um trecho do relato de um trabalhador da empresa Madeco:

Aqui está todo mundo na luta contra a paralisação da burguesia. Temos redobrado a produção, assegurando o abastecimento de matérias-primas. A assembleia geral dos trabalhadores resolveu criar três turnos de vigilância e se encontra permanentemente informada do curso da situação para atuar prontamente. Organizaram-se grupos de 30 companheiros para as tarefas de carga e descarga em qualquer indústria que estiver precisando, além de grupos para a proteção industrial. Fizemos uma lista interna de 75 motoristas, mecânicos e carpinteiros que estavam à disposição do governo para trabalhar onde estivesse faltando mão de obra [...].²⁸

O nível da mobilização popular foi tão alto que, sem dúvida, ultrapassou as medidas legais tomadas pelo governo que enfrentava o problema do ponto de vista legal, mas não resolvia as questões referentes à regularização dos serviços para a população. O governo, então, parabenizou e reafirmou a importância do trabalho “militante” de técnicos, profissionais, trabalhadores de transporte e trabalhadores partidários da UP e solicitou que continuassem desempenhando as tarefas mais importantes não cumpridas pelos grevistas, recorrendo, portanto, à iniciativa de massas e à disciplina militante para superar o problema. Entretanto, as felicitações aos setores populares por Allende, num primeiro momento, não incluíram o reconhecimento dos Cordones Industriales.

Esse período de crise, simbolizado pela greve patronal, provocou a reorganização do Cordón Cerrillos e estimulou a formação de tantos outros ao longo do governo popular, como, por exemplo, o Cordón Vicuña Mackenna, Cordón San Joaquín, Cordón Vivaceta, Cordón Centro, O’Higgins, Macul e Mapocho-Cordillera, dentre outros. Os Cordones se caracterizaram, naquele momento, pela articulação e coordenação de sindicatos de uma mesma zona territorial que assumiram a ocupação de indústrias e o controle operário desde a produção até a distribuição de mercadorias.

Também, em outubro, se desenvolveram os *Coordenadores Comunales* ou Comitês de Base, que, após a greve patronal, seriam denominados *Comandos Comunales*. Esses organismos tinham como base a articulação dos “pobres da cidade e do campo”, ampliando a articulação do extrato social para além do operariado. Entretanto, sua atuação não teve tão grande repercussão e capacidade de mobilização quanto os Cordones Industriales. Dos partidos que integravam a UP, somente o PC não participou desses Comandos por entender que as entidades já existentes (CUT, Juntas de Abastecimento e Preços (JAPs), Juntas de Vecinos, Centros de Madres etc.²⁹) deveriam ser reforçadas.

Os Cordones passaram a integrar uma rede de resistência à paralisação formada pelos Comandos Comunales, JAPs, Juntas de Vizinhos, entidades estudantis, dentre outras organizações, que procuraram desenvolver atividades como abastecimento (entrega de alimentos e produtos de primeira necessidade), defesa (sistema de vigilância nos bairros e nas indústrias), transporte (organizavam locomoção coletiva a partir de carros e caminhões das próprias empresas para transportar, prioritariamente, os trabalhadores e para realizar o escoamento da produção), gerando expressões de poder popular local.

Emergiu, nesse período, uma nova vanguarda operário-militante constituída principalmente por jovens trabalhadores, especialmente, das empresas da área social e mista que desafiaram os antigos sindicalistas já acostumados com a forma tradicional de militância política.

Hernán Ortega, presidente do Cordón Cerrillos e interventor na indústria Aluminios y Enlozados Fantuzzi, afirma que a organização dos Cordones foi favorecida pela criação das três áreas da economia: nacionalizada, mista e privada. A área social acabou exigindo dos trabalhadores, dos sindicalistas e dos partidos políticos um nível distinto de organização em função dos novos desafios que a classe trabalhadora deveria assumir na gestão das empresas. Esse processo elevou os níveis de discussão, de participação e de elaboração política no interior das indústrias. Era necessário criar novos conceitos de administração, organizar os comitês de participação e ampliar as bases de sustentação dessa nova política³⁰.

Esse processo, segundo Ortega, também influenciou na atuação do Cordón Cerrillos, uma vez que “*la gente*” pressionava para que as ações da via chilena fossem mais rápidas e, por isso, passara a adotar a estratégia de ocupar todo o tipo de indústrias para pressionar o governo a estatizá-las. Em outras palavras, o próprio governo, ao instituir a APS, possibilitou ao operariado reorganizar sua atuação e suas reivindicações políticas, as quais, ao longo do período, assumiram um caráter distinto dos marcos propostos pelo governo, o qual, por sua vez, pressupunha respeito às leis vigentes.

Dois formas se destacaram como estímulos à organização dos Cordones: a) um primeiro se desenvolveu a partir da interlocução entre sindicalistas para dividirem experiências e desenvolverem ações de solidariedade às ocupações, para troca de produto, matéria-prima e, inclusive, intercâmbio de trabalhadores mais especializados. Nesse sentido, a participação dos sindicatos e da sua tradição política foi fundamental para articular os Cordones Industriales; b) um segundo, foi o papel desempenhado por partidos políticos, sobretudo pelo PS e, em menor escala, pelo MIR, na constituição dessa nova articulação popular. O PS tinha uma grande influência no movimento sindical e representava a segunda maior força política na CUT, perdendo somente para o PC, que, até meados de junho de 1973, se recusou a orientar oficialmente a militância a participar desses organismos, por entender que representavam paralelismo à CUT.

Os relatos a seguir demonstram algumas experiências de como se organizaram alguns Cordones Industriales, ressaltando a importância da atuação dos sindicatos e dos partidos políticos no processo:

Nós entendíamos que os Cordones Industriales eram a expressão política dos sindicatos, das federações, das confederações; que eram a instância reivindicativa dos trabalhadores, mas na situação em que se estava vivendo, tínhamos de passar para a parte política. Então, o Cordón era a parte política, a representação política do sindicato.³¹

Em Vicuña Mackenna havia muitas empresas. E começaram a ver a necessidade de estarem unidos, de estabelecerem uma relação de solidariedade entre os sindicatos, em todas as partes e, assim, fomos criando os Cordones Industriales. Os mesmos sindicatos se juntavam, nomeavam uma direção do Cordón, que era composta por sindicalistas e aí, sucessivamente, foram criando mais e mais Cordones [...].³²

A posição desses trabalhadores reforça a ideia de que os Cordones representaram um hibridismo entre organizações sindicais e representantes políticos. Nesse sentido, a partir de novembro, houve uma mudança sistemática de perfil do Cordón se comparado com a primeira formação do Comando de Cerrillos. A prioridade nesse momento deixou de ser a interlocução privilegiada com os bairros próximos. A unidade entre os sindicatos e a definição de uma pauta comum entre eles tornou-se a essência dos Cordones Industriales.

Mas parece ter havido certo consenso que a atuação política dos Cordones iria além daquela tradicional dos sindicatos. As ações mobilizadoras relacionadas aos benefícios econômicos da classe ficariam sob responsabilidade do sindicato, enquanto os Cordones fariam a mobilização “política”. Os Cordones significaram sem dúvida uma novidade em termos de organização social de base, uma vez que inovaram na metodologia organizativa: a organização por espaço territorial havia superado a organização por atividade produtiva, conforme se consolidou a atuação de todas as centrais sindicais chilenas, gerando uma interlocução privilegiada entre sindicatos e trabalhadores.

A forma como estavam organizados os Cordones e a maneira como se relacionavam com as empresas vizinhas demonstravam também uma alternativa e um complemento necessários à política da UP. De fato, a coordenação entre setores produtivos de uma mesma região e de bairros populares era um desafio fundamental que nem a CUT nem o governo haviam alcançado. Havia, portanto, um fértil terreno de mobilização social a ser explorado que só se consagrou em outubro de 1972.

Assim, os Cordones Industriales demonstravam que, a partir da luta pela estatização das indústrias e do controle operário da produção, os trabalhadores poderiam exercer maior poder de decisão local, conjugado com a política geral do governo. A proposta era unir, a partir de uma coordenação política, as organizações de bairro de uma região, como ocorreu na paralisação patronal em outubro. Em outras palavras, a proposta era reorganizar as tarefas dos movimentos populares, com vista à construção do poder popular.

Os militantes sindicalistas do PS intensificam sua participação organizada nos sindicatos, escolhendo os Cordones como meio para aplicar a sua política de enfrentamento de classes. Foram, portanto, os sindicatos industriais com maior

participação socialista que se dedicaram a construir os Cordones Industriales e que, até o golpe militar, dirigiram a maioria desses novos mecanismos.

Logo após a greve patronal, o governo, com apoio da CUT, solicitou a desocupação das empresas privadas não prioritárias ao governo, o que repercutiu negativamente entre os trabalhadores. Estes realizaram uma série de protestos contra a decisão do governo, estimulados por setores políticos rupturistas, dentre eles o PS e o MIR. As direções dos Cordones criticavam Allende por continuar preso à linha gradualista, mesmo após a paralisação de outubro de 1972 e as provocações da direita política para desestabilizar o governo.

Existia, portanto, uma contradição latente entre as posições dos Cordones Industriales. Por um lado, apoiavam Allende publicamente nos momentos mais difíceis, sem qualquer tentativa de ultrapassar o processo. Por outro, organizavam canais próprios de mobilização, alternativos àqueles organizados pelo governo, chamando para uma radicalização popular e mudança da linha gradualista do governo para a linha rupturista. Aqui se encontra um limite dos Cordones Industriales. Apesar do discurso radicalizado, continuaram respeitando a institucionalidade e o governo como elementos necessários para superar o Estado capitalista.

Sem dúvida, a principal discussão pós-outubro esteve relacionada a como construir o poder popular e conquistar de fato o poder político. Esse foi um legado instigado pelo processo de organização dos Cordones Industriales e provocou mudanças de postura do governo popular. Se, até novembro de 1972, a discussão da implantação da Assembleia do Povo e mesmo da edificação do poder popular estavam relegadas às últimas prioridades governamentais, a partir desse momento, passaram a fazer parte da pauta pública da UP.

O problema era que cada partido da base política da coalizão apresentava posições distintas sobre o conceito de poder popular e a forma como deveria ser instituído.

No entendimento de Salvador Allende, em hipótese alguma outro tipo de poder poderia se sobrepôr àquelas representações reconhecidas por seu governo. Para ele, consolidar e ampliar o poder popular supunha vitalizar os partidos populares sobre uma base de unidade política, assim como fortalecer as entidades populares. No entanto, ressaltava a importância do papel dos sindicatos, que tinham a característica de dar unidade à classe trabalhadora, e, portanto, deveriam ser um dos pilares fundamentais do governo.

Para o PC e sua linha política gradualista, o poder popular expressava a participação das massas em organizações já constituídas historicamente, com o objetivo de defender e colaborar com o governo Allende. Segundo o presidente do PC, Luis Corvalán, o poder popular deveria ser “formado por representantes de todas as organizações de massas que querem aderir a ele

(...) em colaboração com as autoridades do governo com vistas à solução de problemas que interessam a toda a população”³³. Apesar do seu caráter de massa, o poder popular estava diretamente ligado à representatividade das organizações existentes e à sua adesão ao governo. O PC se afastava de qualquer discurso ou prática de utilizar tais organizações para se sobrepor ao governo ou criar outras instâncias, como nova forma de poder.

Para o MIR, de modo geral, o processo revolucionário chileno passava pela teoria da dualidade de poderes, sendo o processo vivenciado conceituado, inclusive, como um estágio pré-revolucionário. O poder popular representava a organização “autônoma” das massas populares a partir de novos órgãos de poder, como os Comandos Comunales, que uniam os “pobres do campo e da cidade”. Assim, o poder popular deveria ser concebido como uma via alternativa ao governo da UP para impor um “verdadeiro” governo dos trabalhadores³⁴.

Para setores do PS ligados a Carlos Altamirano, o poder popular seria uma espécie de “gérmen” de poder emanado do povo e teria sua origem a partir da criação ou articulação de organismos de apoio ao Governo Popular, que deveriam ganhar autonomia, ampliar objetivos e tomar consciência das suas possibilidades até se tornar um poder real. Assim, segundo o próprio documento aprovado internamente em fevereiro de 1972, o poder popular não seria instituído por um ato supremo do governo, mas a partir da atuação das massas no decorrer da luta de classes³⁵. As reformas que resultassem da ação das massas teriam potencialidade revolucionária, enquanto as superestruturais tendiam a deformar o processo, transformando o governo em reformista, burocrático e paternalista. Portanto, rompiam com todos os preceitos da proposta da UP para o processo.

Essas diferenças de conceituação do poder popular refletem também as diferenças políticas entre os dois principais partidos da UP. Fato que Allende declarava como gravíssimo, uma vez que explicitava as divergências entre a condução dos movimentos populares e a base do governo. A ausência de uma relação política entre Cordones e CUT até junho de 1973 representava um exemplo das divergências dos partidos políticos da coalizão no movimento popular.

Forma de organização e principais reivindicações

A diversidade interna entre os Cordones Industriales produziu uma dificuldade de estabelecer uma mesma metodologia organizativa. Não havia, portanto, uma forma padronizada para a eleição da direção do Cordón e dos representantes das indústrias que compunham cada um deles. As reuniões aconteciam de acordo com a demanda conjuntural e, geralmente, não havia uma pauta política pré-definida.

No entanto, no primeiro semestre de 1973, os Cordones tentaram adotar um modelo orgânico comum, com variáveis locais, que englobava: a) Assembleia de Trabalhadores de cada indústria ou empresa por Cordon; b) Conselho de delegados do Cordon; c) Direção do Cordon Industrial, escolhida por eleição no Conselho de Delegados. A Direção englobava o presidente e as secretarias de organização, agitação e propaganda, defesa, cultura e imprensa³⁶. Cada fábrica que pertencia a um Cordon elegia, de acordo com os critérios estipulados internamente, representantes que participariam das assembleias de delegados. Estes não precisavam ser necessariamente sindicalistas ou militantes políticos. Em alguns casos, os representantes eram eleitos em assembleias nas próprias indústrias e, em outros, eram indicados pelos sindicatos ou partidos políticos. Geralmente, respeitava-se a correlação de forças partidárias dentro da indústria, ou seja, o partido que tivesse maioria de representantes no sindicato teria maioria de delegados. E, como afirmou um trabalhador do Cordon San Joaquín, os representantes eram “militantes, quadros políticos experientes”³⁷.

A assembleia do Cordon era um fórum deliberativo e de discussão das principais pautas políticas que, posteriormente, deveriam ser informadas pelos representantes dos sindicatos às suas respectivas bases. Não havia, portanto, uma assembleia única entre a direção e todos os trabalhadores das empresas.

Alguns participantes da época afirmavam que a relação entre o conjunto dos trabalhadores e a direção do Cordon praticamente inexistia, já que a base nas empresas não participava diretamente das decisões tomadas. Havia, segundo relatos, uma posição de confiança entre base e líderes, por isso não havia maiores conflitos. As assembleias também eram abertas a qualquer participante, mesmo àqueles trabalhadores que não eram delegados das indústrias. Com o desenvolvimento dos Cordones e a polarização da conjuntura política, os representantes das comunidades próximas começaram a participar das assembleias de delegados para atuarem conjuntamente.

As discussões faziam referência principalmente à conjuntura política e aos processos de ocupação de indústrias. O Cordon não discutia questões sobre o processo produtivo, relações de trabalho, nem questões salariais, as quais, historicamente, eram as pautas que mais mobilizavam os trabalhadores. Essas discussões ficavam a cargo do sindicato, até porque os novos organismos tinham como principal característica sua diversidade, em função da sua opção de organizar-se territorialmente. Em vez de apresentarem uma série de reivindicações comuns entre indústrias do mesmo ramo produtivo, agora a plataforma demonstrava apenas os consensos entre as pautas políticas dos representantes das indústrias.

As principais reivindicações comuns entre os Cordones Industriales eram: estatização das empresas ocupadas desde a greve patronal de outubro de 1972; representação direta e democrática dos trabalhadores nas empresas; organização de abastecimento direto; construção de mecanismos de defesa à produção e ao governo popular; cooperação e articulação entre as lutas das diversas indústrias de um mesmo setor e, posteriormente, entre os próprios Cordones Industriales; e, finalmente, constituir os Comandos Comunales e Cordones Industriales como germens do poder popular alternativo.

Inicialmente, Salvador Allende criticou em comunicado público a postura dos Cordones Industriales e Comandos Comunales de se colocarem como um poder popular alternativo ao governo. Reafirmou que eles deveriam se organizar em conjunto com as entidades historicamente constituídas no movimento social e em conjunto com os instrumentos criados pelo governo. Entretanto, pela crescente mobilização e polarização política, o governo procurou dialogar com os Cordones e, no dia 30 de janeiro de 1973, o próprio presidente Allende se reuniu com alguns dirigentes de Cerrillos para buscar um entendimento, principalmente relacionado à política de ocupação de indústrias. Allende afirmou sua admiração pelas novas organizações, mas criticou algumas de suas ações, declarando que seu governo estava “a serviço do país e de todo o povo e não de um setor determinado”³⁸.

Apesar das pautas radicalizadas, os Cordones não desenvolveram, na prática, nenhuma política em oposição ao programa de governo, tanto que, na carta escrita pelos Cordones Industriales a Allende no dia 5 de setembro de 1973, às vésperas do golpe militar, reafirmavam que esperavam do governo a aplicação total do programa da UP. As principais reivindicações estavam relacionadas com a necessidade de acelerar o processo e não de criar mecanismos distintos dos previstos pela UP.

Nesse sentido corroboramos a tese do sociólogo Julio Faúndez³⁹, para o qual os Cordones não significaram uma alternativa ou poder paralelo ao governo, mas se constituíam em elementos fundamentais de mobilização popular, o que era absolutamente compatível com suas propostas e declarações. Portanto, antes utilizavam os marcos do programa da UP e do governo para exigir maior agilidade e radicalidade em sua aplicação, do que propor rompimentos com os parâmetros estabelecidos pelo programa.

Em 1º de fevereiro de 1973 foi divulgada no jornal *Tarea Urgente* a primeira plataforma de luta conjunta dos Cordones Industriales do período, com as principais bandeiras e orientações para os trabalhadores das diversas indústrias que compunham o movimento. Algumas delas eram contraditórias às orientações do governo, o que aumentou a tensão existente com o presidente Allende e os setores gradualistas:

1. Lutar pela estatização de todas as empresas que fabriquem produtos de primeira necessidade, alimento e indústrias de construção;
2. lutar pela expropriação imediata das grandes distribuidoras privadas;
3. construir o controle operário da produção no setor privado e controle popular no sistema de distribuição;
4. constituição dos Comitês de Vigilância em todas as empresas privadas;
5. não devolução de nenhuma indústria que esteja ocupada por trabalhadores e retirada imediata do projeto Millas;⁴⁰
6. distribuição direta por meio de Armazéns Populares;
7. formação de uma comissão bipartite, governo-povo, que tenha o controle do sistema de planificação, execução e controle de abastecimento;
8. poder de sanção para as JAP e para os Comandos Comunales para que se controlem e castiguem os comerciantes envolvidos no mercado negro e na especulação dos preços;
9. trabalho estável e seguro para os trabalhadores da construção;
10. criação da empresa estatal para a construção que leve a um sistema único de planificação;
11. defesa dos meios de comunicação que apoiam a luta revolucionária dos organismos de poder dos operários, *pobladores* [moradores de bairros populares] e camponeses;
12. chamamento a todos os trabalhadores para constituir os Comandos Industriales e Comandos Comunales.⁴¹

Dentre todas as propostas apresentadas nessa plataforma conjunta de alguns Cordones Industriales, destacamos as questões relacionadas ao controle popular da distribuição direta e da comercialização de mercadorias à população. Essas, de fato, foram as pautas que mais unificaram os diversos movimentos e organizações políticas presentes nos bairros e nas indústrias.

Na prática, o sistema de distribuição direta funcionava principalmente por meio das *Canastras Populares*, que recebiam determinadas cotas de bens de consumo entregues pelo Departamento Nacional de Abastecimento (Dinac) ou pelas Agências Graham⁴². Os bairros possuíam representantes por quadra que retiravam os alimentos que correspondiam à sua área de representação para, então, entregarem aos seus representados. Outra forma de abastecimento “direto” eram os Armazéns do Povo, organizados em uma espécie de cooperativas para venderem mercadorias diretamente à população. Os Cordones Industriales, geralmente, realizavam aos domingos uma feira popular para vender produtos com preços referentes ao custo da produção.

Esses tipos de ação esbarravam na oposição do governo, que era favorável à criação de armazéns populares somente em lugares onde não houvesse comércio local estabelecido, para privilegiar os pequenos comerciantes que continuavam apoiando o governo.

Segundo o depoimento de Marcel Carrasco⁴³, o governo se preocupou muito com as políticas de estímulo à produção, por meio da campanha

“batalha pela produção”, dando pouca atenção ao sistema de distribuição, um dos maiores problemas para o conjunto da população nos bairros da classe baixa. Com exceção das JAPs, o governo pouco inovou em relação a essa área. Segundo Marcel, nos Cordones Industriales, os trabalhadores, por iniciativa própria, passaram a boicotar as vendas em grande quantidade para poucos comerciantes, porque sabiam que esses produtos estavam destinados ao mercado negro. Ele pontua que a preocupação dos Cordones Industriales era organizar efetivamente uma rede direta de distribuição popular para diminuir a demanda da população mais necessitada:

A maioria das pessoas trabalhava voluntariamente nos Cordones Industriales nos dias de sábado e domingo, descarregando os trens com os produtos que chegavam de outras regiões. Chegava açúcar, farinha, cebola e uma série de outros produtos que você via que existiam em grande quantidade e, depois, ninguém os via no comércio. Isso foi provocando também uma frustração em muita gente, uma vez que estava dando seu tempo, estava se dedicando e ao mesmo tempo não estava vendo os frutos do seu trabalho voluntário que era justamente ajudar a distribuir as mercadorias para o comércio local, para que não faltasse nada para os chilenos.

Esse problema de abastecimento durou praticamente todo o governo popular, desgastando-o diante da própria base política. As diversas ações realizadas nos bairros populares conjuntamente com as Agências de Distribuição do governo, com alguns Cordones Industriales e com Conselhos Camponeses amenizaram, mas não resolveram o problema.

Os meses que antecederam o golpe militar de setembro de 1973 foram marcados por uma grande polarização política dentro da própria esquerda e entre a esquerda e a direita política, assim como pelo fortalecimento da atuação popular dos Cordones Industriales, que aumentaram as ações de ocupação de indústrias e mobilizações nas ruas do país. Em junho de 1973, os Cordones radicalizaram o discurso e passaram a exigir do presidente a dissolução do parlamento e dos tribunais de justiça do país, como condição fundamental para continuidade do processo de abrir caminho ao socialismo. Mais uma vez Allende negou tal possibilidade, reafirmando que a revolução chilena se faria com pluralismo, democracia e liberdade.

O primeiro levante militar ocorrido no dia 29 de junho de 1973 demonstrou articulação e unidade política do operariado por meio dos Cordones Industriales e CUT. Assim que souberam do levante, os trabalhadores imediatamente ocuparam fábricas, montaram brigadas de choque, organizaram comitês de vigilância no interior da fábrica e nos bairros próximos. Nos

dias seguintes, os Cordones Industriales experimentaram um ciclo de mobilizações, agitação e de debates internos direcionados para a defesa do governo frente a uma nova tentativa de golpe militar. O Cordón Vicuña Mackenna divulgou uma declaração no dia 9 de julho de 1973, que explicita a dimensão dos fatos: “Os trabalhadores não devem perder nem um minuto. Vamos nos preparar para repelir o próximo golpe”. Muitas indústrias permaneceram ocupadas e administradas pelos próprios trabalhadores, apesar da pressão de Allende e da CUT para a devolução das empresas, assim como ocorreu na paralisação de outubro de 1972. Novamente essa atitude foi condenada pelos trabalhadores e pelos Cordones Industriales, que, por intermédio de Hernán Ortega, presidente do Cordón Cerrillos, declarou:

Nós temos sido leais à CUT e ao governo, e não podemos permitir que utilizem a classe trabalhadora e só se lembrem dela em algumas conjunturas. Nós respeitamos a CUT como organismo máximo da classe, mas exigimos que ela respeite as organizações que a própria classe está organizando.⁴⁴

No entanto, no dia 11 de setembro de 1973, nenhuma organização popular teve condições efetivas de enfrentar a força dos militares que, sorrateiramente, tramaram a ação para derrubar o presidente Allende.

Não há dúvida que o protagonismo popular vivenciado durante o governo de Salvador Allende foi único na história do Chile. Refere-se não somente aos organismos de participação criados pelo governo, como os comitês dentro das fábricas e no campo, mas principalmente às novas formas de organização construídas durante o processo. Os Cordones Industriales representaram uma dessas novas formas de atuação que se organizaram como uma experiência de solidariedade de classe com a própria classe e com o governo popular, em um momento radicalizado da política chilena. Como afirma o trabalhador Joaquín Abarzua Leon, durante a experiência chilena foi possível vivenciar ações políticas inovadoras, principalmente entre os trabalhadores do país, já que pela primeira vez na história foi possível “passar de um operário explorado e submisso a um ator social que decidia o que fazer dentro da indústria. Era algo notável”⁴⁵.

A historiadora Maria Angélica Illanes valoriza a organização dos Cordones Industriales pelo protagonismo dos trabalhadores que tomaram em suas mãos a produção e articularam com a população dos bairros próximos uma ação ampliada para sanar o problema de distribuição. Para a autora, essa experiência dos Cordones permite demonstrar a capacidade protagonista da classe trabalhadora e do povo chileno ao longo da história do país. Sem dúvida, foram expressões da capacidade política da organização operária e de luta

por uma nação livre e democrática, além de demonstrarem sua capacidade “de se organizar rapidamente, mesmo sob circunstâncias de pressão política que desafiava o projeto político da época, assim como do progressivo e voluntarioso desenvolvimento do seu espírito de classe”⁴⁶.

Se para alguns atores políticos o Cordón significava o desenvolvimento de um processo revolucionário que poderia levar, por exemplo, à instituição do poder popular ou da assembleia do povo, na prática, sua essência não se desvinculou da defesa da trajetória do projeto chileno, por mais que seus líderes criticassem as posturas do governo e professassem uma revolução distinta daquela proposta pela UP.

RESUMO

Em 1970, o Chile elegeu o socialista Salvador Allende por meio de uma coalizão de partidos de esquerda, a Unidade Popular (UP), apresentando como proposta a “via chilena para o socialismo”. O projeto da UP instituiu a nacionalização dos meios de produção e a participação popular como os eixos estruturantes da transformação socialista, instigando novas formas de atuação política, especialmente entre a classe trabalhadora. Este artigo tem como objetivo discutir uma dessas experiências participativas, os *Cordones Industriales*, articulando-os com a trajetória do movimento sindical chileno e com as disputas políticas da esquerda da época.

PALAVRAS-CHAVE

Unidade Popular; Área de Propriedade Social; *Cordones Industriales*; Tradição Sindical.

ABSTRACT

In 1970, Chile elected socialist Salvador Allende by a coalition of leftist parties, the Popular Unity (UP) showing proposal as the “Chilean road to socialism.” The design of the UP established the nationalization of the means of production and popular participation as the main principles in the processing socialist, prompting new forms of political action, especially among the working class. This article aims to discuss of these participatory experiments, the *Cordones Industriales* linking them with the trajectory of the Chilean labor movement and the political disputes on the left of the season.

KEYWORDS

Unidad Popular; Popular Power; *Cordones Industriales*; Tradition Association.

NOTAS

¹ Doutoranda em História Social pela Universidade Federal Fluminense. Contato da autora: elisacborges@gmail.com.

² Participavam da Unidade Popular (UP) o Partido Socialista (PS), Partido Comunista (PC), Partido Radical (PR), Partido Social Democrata (PSD), Movimiento de Acción Popular Unificado (MAPU), e Acción Popular Independiente (API). A Izquierda Cristiana incorporou-se em 1971. A pouquíssima diferença entre os candidatos que disputaram a eleição confirmava a profunda polarização da sociedade chilena demonstrada na campanha eleitoral: Salvador Allende (UP) obteve 36,2% dos votos, Jorge Alessandri (Partido Nacional), 34,9% e Radomiro Tomic (Democracia Cristiana), 27,8%.

³ Segundo o Programa Básico do governo, a nacionalização das riquezas básicas deveria englobar: setor de minérios (cobre, ferro, salitre, carbono mineral e iodo), sistema financeiro, comércio exterior, monopólios industriais, monopólios de distribuição, grandes empresas, e outras atividades em geral, como, distribuição de energia elétrica, transporte ferroviário, aéreo e marítimo, comunicação, produção, área petrolífera, siderurgia, cimento, petroquímica, química pesada, celulose, papel etc. Cf. *Programa de governo da Unidade Popular*, 1969, p. 21.

⁴ *Programa da Unidade Popular*, 1969, p. 13.

⁵ QUIROGA, Patricio (Org.). *Salvador Allende: Obras Escogidas 1970-1973*. Santiago: Crítica, 1989, p. 61.

⁶ Discurso pronunciado no dia 1º de maio de 1971 *apud* QUIROGA, 1989, p. 66.

⁷ CUT, Memoria del Consejo Directivo al 6º Congreso Nacional de la CUT – 8 a 12 de diciembre de 1971: Los trabajadores Construyen el Chile Nuevo.

⁸ Mario Olivares Rios, mirista, trabalhador no Cordón Vicuña-Mackenna. Entrevista realizada pela autora em 10 nov. 2009.

⁹ Patricio Palma, comunista e diretor do Departamento de Indústria e Comércio do Ministério da Economia. Entrevista realizada pela autora dia 11 nov. 2009.

¹⁰ A prática do mercado negro existiu durante todo o governo Allende. Comerciantes passaram a adquirir mercadorias em grandes quantidades para estocá-las em locais clandestinos e provocar desabastecimento. Geralmente, esses comerciantes vendiam os produtos para as classes sociais contrárias ao governo com preços mais altos.

¹¹ SEGUEL-BOCCARA, Ingrid. *Les passions politiques au Chili durant l'Unité Populaire*. Paris: L'Harmattan, 1997, p. 298.

¹² RIQUELME, Hélio Henriquez. El movimiento de Trabajadores. In: BAÑO, Rodrigo (Org.). *Unidad Popular 30 años despues*. Santiago: LOM, 2003, p. 206.

¹³ TRANCOSO, Hugo Cancino. *Chile: La problemática del Poder Popular en el proceso de la via chilena al socialismo – 1970-1973*. Dinamarca: AARHUS University Press, 1988, p. 299.

¹⁴ *Cabildo Abierto* é uma expressão popular que designa a reunião do povo de determinada localidade para decidir sobre os assuntos pertinentes à comunidade. O Cabildo é realizado publicamente e o povo vota diretamente nas propostas ali debatidas.

¹⁵ PESTRANA, Ernesto e THEREFALL, Mônica. *Pan, techo y poder: El Movimiento de Pobladores de Chile (1970-1973)*. Buenos Aires: Siap-Planteos, 1974, p. 110-111.

¹⁶ *Ibidem*, p. 113.

¹⁷ SADER, Eder *et al.* Consejo Comunal de Trabajadores y *Cordón Cerrillos-Maipú*: 1972, Balance y perspectivas de un embrión de poder popular. *Documento de Trabajo* nº 67, CDU/PI/DT, Ago. 1973, p. 52 e 53.

¹⁸ *Salvador Allende: Los Trabajadores y el Gobierno Popular*. Archivo Salvador Allende. México: Centro de Estudios latinoamericanos, p. 55.

¹⁹ A partir da greve de outubro de 1972, a Coordenação passou a ser denominada de Cordón Cerrillos.

²⁰ TRANCOSO. *Op. cit.*, p. 302.

²¹ SADER, Eder *et al.* *Op. cit.*, p. 53.

²² *Ibidem*, p. 14.

²³ *Ibidem*, p. 36. Grifos nossos.

²⁴ A greve patronal iniciou a partir da paralisação de caminhoneiros, com apoio do Partido Nacional, da Democracia Cristã e do governo norte-americano, e se transformou em uma grande mobilização dos setores descontentes com o governo popular. A greve afetou, num primeiro momento, a distribuição dos produtos à população e, posteriormente, atingiu as atividades produtivas nas indústrias, por falta de matérias-primas e reposição de peças para as máquinas. Depois de finalizada a greve, uma nova mobilização seria organizada contra a devolução das empresas ocupadas por trabalhadores aos proprietários.

²⁵ KERHUEL, Yves. L'insurrection de la bourgeoisie. *Revue Les Temps Modernes*, nº 323, Paris: Jun, 1973, p. 1953.

²⁶ *Ibidem*, p. 1968.

²⁷ MOULIAN, Tomás. *Fracturas: De Pedro Aguirre Cerda a Salvador Allende 1938-1973*. Santiago: Lom, 2006, p. 267.

²⁸ *Mayoría*, ano 1, nº 56, 27 out. 1972.

²⁹ *Juntas de Vecinos* (Juntas de Vizinhos) são organizações comunitárias de caráter territorial com objetivo de promover o desenvolvimento da comunidade, defender seus interesses e velar pelos seus direitos, colaborando com as autoridades locais Os *Centros de Madres* (Centros de Mães) são organizações funcionais constituídas por mulheres que têm interesses comuns com o objetivo principal de superação pessoal de suas associadas e de solucionar os problemas inerentes a seu estado e sexo dentro do bairro. As duas organizações foram criadas no governo do presidente Eduardo Frei (1964-1970) por meio da Lei 16.880 em 7 de agosto de 1968.

³⁰ GAUDICHAUD, Franck. *Poder Popular y Cordones Industriales. Testimonios sobre el movimiento popular urbano, 1970-1973*. Santiago: LOM, 2004, p. 193.

³¹ Marcel Carrasco Valdivia, trabalhador da empresa Novic no Cordón Vivaceta. Entrevista realizada pela autora em 24 nov. 2009.

³² Antonio Bravo, trabalhador da empresa Madeco no Cordón Vicuña Mackenna. Entrevista realizada pela autora em 10 out. 2009.

³³ *El Siglo*, 8 fev.1973.

³⁴ NARANJO, Pedro (Org.). *Miguel Enriquez y el proyecto revolucionario en Chile: Discursos y documentos del Movimiento de Izquierda Revolucionaria – MIR*. Santiago: LOM, 2004, p. 215.

³⁵ ALTAMIRANO, Carlos. *Dialéctica de una derrota, Chile 1970-1973*. São Paulo: Brasilense, 1979, p. 101-102.

³⁶ TRANCOSO, *Op.cit.*, p. 336.

³⁷ Hugo Valenzuela, socialista, trabalhador da indústria Sumar no Cordón San Joaquín. Entrevista realizada pela autora em 24 set. 2009.

³⁸ PRESIDENCIA DE LA REPÚBLICA. Declaración sobre el proyecto relativo al Área de Propiedad Social ante dirigentes de los Cordones Industriales de Santiago, 31 de enero de 1973. In: FRIAS, Victor. *La Izquierda Chilena (1969 – 1973): Documentos para el Estudio de su Línea Estratégica*. Santiago: CEP, 2001.

³⁹ FAÚNDEZ, Julio. *Izquierdas y Democracia en Chile, 1932-1973*. Santiago: BAT, 1992, p. 227.

⁴⁰ O Plano Econômico do governo apresentado no início de 1973, em linhas gerais, propunha ajustes na política macroeconômica do governo, aumento e controle substancial da produção nas indústrias, maior disciplina no trabalho e maior controle do interventor para atingir as metas produtivas estabelecidas pelo governo. O plano também reestruturava a Área Social e propunha a devolução das indústrias ocupadas por trabalhadores que não estavam entre as prioridades estratégicas do governo.

⁴¹ *Tarea Urgente*, 1º fev. 1973.

⁴² Para se ter um exemplo dos gêneros entregues às famílias pelas Canastras Populares, citamos o exemplo da Canastra da Población Lo Hermina: 1 pacote de fósforos, 2 kg de açúcar, 1 pacote de sabonete Lux, 2 sopas Maggi, 1 pasta de dente, 1 kg de feijão, 1 pacote de *Carozzina*, 1 lata de leite em pó, 1 kg de farinha, ½ kg de sal fino, 1 pacote de detergente, 1 maço de *cochayuyo* (algas), 1 jarra de Milo (achocolatado), 1 litro de azeite, 1 jarra de Nescafé, 1 lata de leite condensado, 1 kg de macarrão, ¼ de manteiga, 1 kg de arroz, 2 pacotes de geleia. Não há informação da periodicidade com que cada família poderia retirar os produtos. Cf. Trancoso, 1988, p. 407.

⁴³ Marcel Carrasco Valdívía, Cordón Vivaceta. Entrevista realizada pela autora em 24 nov. 2009.

⁴⁴ TRABAJADORES de Cerrillos repudiaron desalojos y devolución de empresas. In: *Las noticias de Última Hora Jueves*. [S.l.], 19 jul. 1973.

⁴⁵ Joaquín Abarzua Leon, socialista, Cordón San Joaquín. Entrevista realizada pela autora em 28 nov. 2009.

⁴⁶ ILLANES, María Angélica. *La batalla de la memoria*. Santiago: Planeta Ariel, 2002, p. 179-180.